



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PIAUÍ  
Av. Pedro Freitas, S/Nº, Bloco A, 1º Andar, Centro Administrativo - Bairro São Pedro, Teresina/PI, CEP 64.018-900  
Telefone: - <http://www.saude.pi.gov.br>

## TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 00012.043246/2025-01

### 1. OBJETO

1.1. Credenciamento de pessoas jurídicas para o fornecimento de insumos de identificação patrimonial, notadamente plaquetas metálicas adesivas de alta resistência, contendo código de barras e QR Code, essenciais para assegurar a rastreabilidade, a padronização e o controle eficiente dos bens móveis da Secretaria de Estado da Saúde do Piauí (SESAPI), conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e em seus Anexos A e B.

1.2. Com o intuito de garantir a atualização e adequação às exigências e inovações técnicas, este Termo de Referência permite a realização de alterações e inclusões de itens em seu anexo A (mantendo a caracterização geral do objeto), bem como a inclusão, exclusão e eventuais alterações dos Estabelecimentos Assistenciais de Saúde (EAS) contemplados em seu Anexo B. As versões atualizadas serão publicadas no portal oficial da Secretaria de Estado da Saúde do Piauí, bem como no sistema de Credenciamento da Saúde-CREDSUS, assegurando transparência e acesso à informação. As alterações e inclusões entrarão em vigor na data de sua aprovação pela autoridade competente.

### 2. DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO/VALOR DA CONTRATAÇÃO

2.1. A descrição, as especificações técnicas, os valores unitários e as quantidades estimadas das plaquetas metálicas adesivas para identificação patrimonial constam no **Anexo A** deste Termo de Referência.

2.2. A Administração poderá, no início de cada exercício financeiro, atualizar as estimativas de quantitativos para alinhar a demanda às necessidades da Secretaria de Estado da Saúde do Piauí, bem como assegurar que há créditos orçamentários disponíveis para suportar as futuras contratações provenientes deste credenciamento.

2.3. Por se tratar de **bem de consumo durável**, de uso padronizado em toda a Rede Pública Estadual sob gestão da SESAPI, a demanda **não será organizada por regiões**, mas sim centralizada, de forma a atender de maneira uniforme todos os órgãos e unidades administrativas vinculadas.

2.4. A Secretaria de Estado da Saúde do Piauí estima o valor global de **R\$ 1.325.000,00 (um milhão, trezentos e vinte e cinco mil reais)**, a serem pagos de acordo com a quantidade efetiva de insumos entregues pelo Credenciado, contemplando as unidades listadas no Anexo B, conforme Pesquisas de preços anexada nos autos do processo.

2.5. O valor a ser pago será calculado com base na quantidade de insumos efetivamente fornecidos nos locais designados pela Secretaria de Estado da Saúde do Piauí listados no **Anexo B**.

### 3. JUSTIFICATIVA E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. O Estado do Piauí, por meio da Secretaria de Estado da Saúde (SESAPI), administra uma Rede Estadual de Saúde composta por unidades hospitalares, administrativas e

de apoio, responsáveis pela gestão de relevantes recursos públicos e pela prestação de serviços essenciais à população.

3.2. A adequada gestão e rastreabilidade do patrimônio da SESAPI constituem requisitos fundamentais para assegurar maior eficiência, transparência e segurança na utilização desses recursos, de modo a garantir a integridade do acervo de bens móveis e a qualidade dos serviços de saúde prestados.

3.3. Atualmente, a Secretaria enfrenta limitações no controle de seus bens móveis, em razão da ausência de um sistema de identificação padronizado, durável e integrado aos mecanismos de rastreabilidade digital. Essa fragilidade gera dificuldades na realização de inventários físicos, aumenta o risco de perdas, extravios e desvios patrimoniais e compromete a eficiência da alocação de equipamentos e materiais entre as unidades de saúde. Além disso, os processos manuais adotados revelam-se morosos, onerosos e suscetíveis a falhas, impactando negativamente a transparência administrativa e a disponibilidade de equipamentos e materiais necessários ao atendimento da população.

3.4. Nesse contexto, a adoção de plaquetas metálicas adesivas de alta resistência, contendo código de barras e QR Code, apresenta-se como medida indispensável para sanar essas fragilidades e promover maior eficiência, segurança e integridade na gestão patrimonial da SESAPI. As plaquetas permitirão a identificação digitalizada e a padronização do acervo, viabilizando a rastreabilidade dos bens móveis, a otimização dos inventários e a melhor alocação de recursos.

3.5. A contratação é necessária para assegurar a identificação e o controle de todo o acervo de bens móveis já existente, bem como daqueles que venham a ser incorporados ao patrimônio da Secretaria nos próximos anos. Com a aquisição estimada, será possível implementar um sistema moderno e integrado de gestão patrimonial, prevenindo perdas, fortalecendo os mecanismos de controle interno e garantindo que os equipamentos e materiais estejam disponíveis e em condições adequadas para atender às necessidades da rede estadual de saúde.

3.6. Diante do exposto, a contratação proposta revela-se imprescindível para o fortalecimento da gestão patrimonial da SESAPI, conferindo maior transparência, eficiência e segurança na utilização dos recursos públicos. A padronização da identificação dos bens móveis por meio de plaquetas metálicas adesivas com código de barras e QR Code permitirá a modernização dos processos de controle interno, a mitigação de riscos de perdas e extravios e a otimização da alocação de equipamentos e materiais nas unidades de saúde da rede estadual.

3.7. Assim, a medida atende ao interesse público, assegura a integridade do patrimônio da Administração e contribui para a melhoria contínua da prestação dos serviços de saúde à população piauiense, em consonância com os princípios da legalidade, eficiência e economicidade previstos na Constituição Federal e na Lei nº 14.133/2021.

#### 4. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO CREDENCIAMENTO

4.1. A adoção do **credenciamento** como procedimento auxiliar justifica-se pela necessidade de ampliar a base de fornecedores de insumos de identificação patrimonial, consistentes em plaquetas metálicas adesivas de alta resistência, contendo código de barras e QR Code, destinadas à padronização, rastreabilidade e controle eficiente dos bens móveis da Secretaria de Estado da Saúde do Piauí – SESAPI.

4.2. O credenciamento ocorrerá através de procedimento de seleção, tendo em vista que serão selecionados aqueles que preencham os requisitos previamente definidos no instrumento convocatório, o que não se confunde com um procedimento seletivo concorrencial, já que não há limites para o número de selecionados, sendo que o atendimento às exigências contidas no instrumento de credenciamento, proporciona igualdade de condições a todos que participem do procedimento.

4.3. O presente credenciamento será operacionalizado através de contratação por inexigibilidade de licitação, com fundamento nos art. 74, IV e art. 79, I da lei nº 14.133/2021.

4.4. Conforme art. 6º, inciso XLIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, define-se credenciamento como o processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados.

4.5. A partir desta definição legal observa-se que o uso do credenciamento não se restringe à contratação de prestadores de serviços, pois é também seu objetivo a contratação de fornecedores de bens. Dessa forma, a nova legislação ampliou o alcance do uso do procedimento.

4.6. No que se refere ao critério de seleção será adotado o previsto no **art. 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, ou seja, contratação paralela e não excludente**: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas.

4.7. Dessa forma, a SESAPI poderá ampliar a base de fornecedores elegíveis, aumentando as chances de encontrar empresas ou profissionais dispostos a fornecer os insumos demandados, mitigando riscos associados à dependência excessiva de um único fornecedor. Além disso, o credenciamento oferece a vantagem de permitir que os credenciados sejam acionados de acordo com a necessidade e demanda, evitando atrasos e prejuízos à população atendida e contribuindo para uma gestão mais eficiente dos recursos públicos na área da saúde.

4.8. A manutenção simultânea de contratos com diferentes fornecedores de plaquetas metálicas adesivas de alta resistência, contendo código de barras e QR Code, essenciais para assegurar a rastreabilidade, a padronização e o controle eficiente dos bens móveis da Secretaria de Estado da Saúde do Piauí (SESAPI), é recomendável, considerando a alta demanda, a distribuição de insumos de identificação patrimonial por Unidades Administrativas e de Saúde, além da necessidade de cobertura regional para tombamento e preservação do patrimônio sob posse de SESAPI.

4.9. A adoção do credenciamento traz benefícios estratégicos:

- a) Mitigação de riscos decorrentes da dependência de um único fornecedor;
- b) Garantia de continuidade no fornecimento dos insumos de identificação patrimonial, essenciais ao controle patrimonial e à gestão dos bens da saúde estadual;
- c) Flexibilidade e economicidade, ao permitir que diferentes fornecedores sejam acionados conforme necessidade, assegurando pronta reposição e reduzindo riscos de desabastecimento;
- d) Fortalecimento da rastreabilidade patrimonial, indispensável à transparência e eficiência da gestão pública.

4.10. A modalidade de credenciamento paralela e não excludente permite que múltiplos fornecedores sejam habilitados para atuar simultaneamente, amplia a base de fornecedores elegíveis, evitando a dependência excessiva de um único fornecedor, mitigando riscos de descontinuidade no fornecimento dos insumos, e permitindo que os credenciados sejam acionados conforme a demanda das unidades da SESAPI. Dessa forma, garante-se maior eficiência logística, padronização de bens, continuidade das atividades administrativas e racionalidade no uso dos recursos públicos..

4.11. Cabe ressaltar que será observado o regramento mínimo previsto nos incisos do parágrafo único do artigo 79 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como o que estabelecem os artigos 6º, L; 71, parágrafo 4º; e 174, parágrafo 2º, III. Estes dispositivos definem os

procedimentos, critérios e objetivos que orientarão a condução do processo de credenciamento.

4.12. Considerando que a saúde é direito de todos e dever do Estado (art. 196 da Constituição Federal de 1988), a adoção do credenciamento para o fornecimento de plaquetas de identificação patrimonial assegura a efetividade desse direito, pois fortalece a gestão eficiente dos bens públicos vinculados à rede de saúde estadual, reduzindo riscos de extravio, perda ou descontrole.

4.13. Nesse sentido, a disposição do credenciamento dentre um dos Procedimentos Auxiliares disposto no regime ordinário de licitação e contratação pública na lei nº 14.133/2021 permite a adoção de mecanismos voltados, não só em conferir eficiência, como também a racionalidade e economicidade diante das contratações realizadas pela Administração Pública, uma vez que resulta em processos mais simples, flexíveis e com menor custo administrativo.

4.14. Ante o exposto, considerando o objeto a ser contratado, o modelo de contratação pública baseada em credenciamento se apresenta como a solução mais vantajosa, conveniente e oportuna para os interesses da Administração.

## 5. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA CREDSUS

5.1. Para a operacionalização do Credenciamento, será utilizado o sistema CREDSUS, uma solução tecnológica que proporciona legalidade, celeridade, impessoalidade, efetividade, eficiência, eficácia e economicidade às contratações públicas.

5.2. Os credenciados receberão *login* e senha pessoais e intransferíveis para o uso do CREDSUS, podendo criar novos usuários para a operacionalização do sistema, ficando sob sua exclusiva responsabilidade todos os atos realizados pelos usuários.

5.3. A Secretaria de Estado da Saúde publicará a relação dos insumos a serem fornecidos no CREDSUS, em conformidade com o Edital, e todas as empresas credenciadas serão automaticamente notificadas pelo sistema, podendo ocorrer o envio automático de e-mails e mensagens por aplicativos de mensagens nos endereços cadastrados pelos credenciados, sendo de responsabilidade destas a manutenção de suas respectivas contas nos servidores de e-mail e aplicativos de mensagens.

5.4. Os credenciados deverão ofertar suas propostas diretamente no sistema CREDSUS, informando o quantitativo ofertado para cada lote de quantidade solicitado e aderindo ao preço estabelecido e padronizado no Edital.

5.4.1. A quantidade ofertada por item deve observar o quantitativo mínimo e máximo demandado em cada cotação.

5.4.2. De acordo com a conveniência e oportunidade do interesse público, o prazo de registro das ofertas será informado em cada cotação, período no qual os credenciados cadastrarão e enviarão suas ofertas no CREDSUS, sob sua exclusiva responsabilidade.

5.4.3. As empresas credenciadas deverão ofertar as plaquetas metálicas adesivas constantes do Anexo A deste Termo de Referência sempre que convocadas, considerando que os quantitativos indicados têm caráter estimativo e serão distribuídos conforme a necessidade da SESAPI, não sendo possível prever, de forma antecipada, qual empresa será responsável pelo atendimento de cada demanda.

5.5. Por se tratar de Credenciamento na modalidade **paralela e não excludente (art.79, I da Lei nº 14.133/2021)**, o sistema CREDSUS irá utilizar os seguintes critérios objetivos para a distribuição da demanda:

5.5.1. 1º Maior capacidade de oferta de insumos, de acordo com o quantitativo global ofertado por cada empresa em suas propostas;

5.5.2. 2º Menor volume de fornecimentos realizados para a Secretaria de Saúde do Estado do Piauí - SESAPI, durante a vigência do mesmo Credenciamento;

5.5.3. 3º Ordem cronológica de credenciamento, aferida pela data e hora de

recebimento da documentação, desde que ela esteja conforme.

5.6. Após o processamento da cotação, o CRED SUS emitirá automaticamente os contratos para aqueles que forem credenciados.

5.7. Os Credenciados exercerão o direito de preferência no momento da emissão da Ordem de Fornecimento, quando o CRED SUS irá identificar os critérios de distribuição da demanda, de acordo com os itens 5.5.1 a 5.5.3, e elaborar as Ordens de Fornecimento para os itens demandados em cada execução.

5.8. O credenciado terá o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas para assinar o contrato/Termo de Credenciamento, contado a partir do momento da assinatura do Secretário de Estado da Saúde.

## **6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **6.1. SUSTENTABILIDADE**

6.1.1. Os bens adquiridos decorrentes deste credenciamento, no que couber, devem atender aos critérios de sustentabilidade ambiental previstos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, 6ª ed., da Advocacia-Geral da União ou versão mais atualizada, bem como os requisitos previstos nas obrigações do credenciado e/ou no Edital ou em requisito previsto em lei especial, nos termos do disposto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, de 2021.

6.1.2. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos, quando couber, os requisitos no art. 11º da Lei nº 14.133/2021 que estabelece o desenvolvimento nacional sustentável.

6.1.3. Deverão ser observadas, também, durante a execução do contrato, práticas sustentáveis no que for aplicável:

- a) utilização de insumos e processos que reduzam impactos ambientais;
- b) economia de energia e água na produção;
- c) uso racional de materiais e embalagens, privilegiando recicláveis ou biodegradáveis;
- d) descarte ambientalmente correto de resíduos e subprodutos industriais;
- e) incentivo à logística reversa, quando aplicável.

### **6.2. SUBCONTRATAÇÃO**

6.2.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratado, na forma indicada neste Termo de Referência, sendo vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação.

### **6.3. DO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS TÉCNICOS**

6.3.1. As plaquetas de identificação patrimonial deverão atender, no mínimo, aos seguintes requisitos:

- I - Material: metálico adesivo de alta resistência, com aderência permanente;
- II - Durabilidade: impressão indelével, resistente à abrasão, limpeza frequente, variações de temperatura e uso intensivo, assegurando legibilidade mínima de **5 (cinco) anos**;
- III - Dimensões: comprimento mínimo de 46 mm por 18 mm de altura;

6.3.2. Layout padronizado, conforme modelo exposto abaixo, contendo as seguintes informações:

- a) brasão oficial do Estado do Piauí;

- b) identificação textual da SESAPI;
- c) campo “PATRIMÔNIO” seguido de numeração sequencial única com 8 dígitos;
- d) código de barras no padrão Code 128C vinculado à numeração;
- e) QR Code exclusivo, associado ao mesmo registro patrimonial.



## 7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. O fornecimento do objeto será sob demanda, de acordo com a necessidade desta secretaria, após a emissão da Ordem de Fornecimento emitida pela SESAPI, que constará as quantidades e valores pactuados, considerando os prazos e local de entrega previstos neste instrumento.

7.2. As plaquetas de identificação patrimonial deverão ser confeccionadas de acordo com as especificações técnicas definidas no Anexo A deste Termo de Referência e entregues nas condições e prazos estabelecidos, observando-se as regras de padronização, rastreabilidade e qualidade.

7.3. É vedado o fornecimento de plaquetas em desacordo com os critérios estabelecidos neste Termo de Referência, bem como sem a prévia emissão da correspondente Ordem de Fornecimento.

7.4. Caso existente e operacional, a Credenciada deverá assegurar que as plaquetas de identificação patrimonial fornecidas sejam compatíveis com o Sistema de Gestão Patrimonial utilizado pela SESAPI, de modo a permitir o registro automático ou facilitado das informações de cada bem.

7.5. A Credenciada deverá informar a Credenciante, em no máximo 24 horas após recebimento da Ordem de Fornecimento, sobre qualquer motivo que impossibilite assumir as obrigações decorrentes deste Instrumento.

## 8. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

8.1. As despesas decorrentes do objeto desta contratação correrão à conta da fonte de recursos **500/600/659**.

## 9. DA HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.1. Para fins de credenciamento, exigir-se-á dos interessados a documentação relativa a:

- a) Habilitação Jurídica;
- b) Habilitação fiscal, social e trabalhista;
- c) Qualificação Econômico-Financeira;
- d) Qualificação Técnica.

## 9.2. **Habilitação Jurídica**

9.2.1. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.2.2. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.2.3. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.2.4. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.2.5. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.2.6. Os documentos previstos nos subitens 9.2.1 a 9.2.5 , conforme o enquadramento societário da proponente, deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

## 9.3. **Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista**

9.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.3.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.3.3. Prova de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente;

9.3.4. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

9.3.5. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho;

9.3.6. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

9.3.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

## 9.4. **Qualificação Econômico-Financeira**

9.4.1. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e, conforme o caso demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais.

9.4.2. Certidão negativa de falência pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).

## 9.5. **Qualificação Técnica**

9.5.1. A SESAPI, poderá exigir atestados de capacidade técnica emitidos por entidades públicas ou privadas, que comprovem a realização de fornecimentos similares em quantidade e qualidade, para o Credenciado vencedor, conforme abaixo:

a) Características: comprovação de experiência no fornecimento de objetos similares;

b) Quantidades: comprovação de capacidade para atender no mínimo 10% (dez por cento) da quantidade de pacientes beneficiados prevista no Edital na modalidade itinerante;

9.5.2. Os atestados de capacidade técnica será expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado que comprove a aptidão do desempenho de atividade pertinente e compatível em característica com o objeto do credenciamento em nome da empresa, conforme estabelecido no subitem anterior.

## **10. DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE**

10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Credenciado, de acordo com as condições estabelecidas neste Termo de Referência, seus anexos e demais normas aplicáveis.

10.2. Acompanhar e fiscalizar o fornecimento das plaquetas metálicas adesivas, por meio de servidor ou comissão especialmente designada, que deverá registrar em instrumento próprio eventuais falhas, inconformidades ou irregularidades verificadas, identificando data, local e demais elementos pertinentes, encaminhando os registros à autoridade competente para as providências cabíveis.

10.3. Comunicar ao Credenciado qualquer irregularidade ou não conformidade identificada durante a execução contratual.

10.4. Notificar formalmente o Credenciado sobre falhas ou irregularidades constatadas no fornecimento, fixando prazo para correção ou substituição das unidades defeituosas, analisando as soluções apresentadas, de modo a garantir a conformidade com as exigências deste Termo de Referência.

10.5. Efetuar o pagamento ao Credenciado pelos fornecimentos efetivamente realizados, atestados e aceitos, conforme as condições, prazos e valores estabelecidos neste Termo de Referência e no contrato.

10.6. Aplicar as penalidades cabíveis, nos termos da legislação vigente e das disposições deste Termo de Referência, em caso de descumprimento das condições estabelecidas para a execução contratual.

10.7. Atestar o recebimento e a conformidade das plaquetas entregues, verificando se atendem às especificações técnicas exigidas, podendo rejeitar, mediante justificativa formal, aquelas que não se enquadrem nos parâmetros estabelecidos.

10.8. Analisar e decidir sobre todas as solicitações, comunicações e reclamações apresentadas pelos Credenciados, ressalvadas aquelas manifestamente impertinentes, meramente protelatórias ou que não guardem relação com a boa execução contratual.

10.9. Realizar as retenções tributárias cabíveis, conforme a legislação vigente, sobre os valores das notas fiscais/faturas emitidas pelo Credenciado, quando aplicável.

10.10. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Credenciado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Credenciado, de seus empregados, prepostos ou subordinados

## **11. DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA**

11.1. Cumprir integralmente as obrigações constantes do contrato, de seus anexos e do



presente Termo de Referência, assumindo os riscos e despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

11.2. Produzir e fornecer as plaquetas metálicas adesivas de acordo com as especificações técnicas previstas neste Termo de Referência e em seus anexos, garantindo resistência, aderência e legibilidade mínima de 5 (cinco) anos.

11.3. Assegurar a qualidade do fornecimento, substituindo, sem ônus para a Administração, quaisquer unidades que apresentem defeitos de fabricação, falhas de impressão, perda de legibilidade ou problemas de fixação durante o prazo de garantia.

11.4. Assegurar que as embalagens utilizadas preservem a integridade física e a qualidade das plaquetas, devendo constar identificação do fornecedor, da quantidade entregue.

11.5. Entregar os itens nos prazos estabelecidos em cada Ordem de Fornecimento, devidamente acondicionados e identificados, de modo a preservar sua integridade até o recebimento pela SESAPI.

11.6. Fornecer relatórios de rastreabilidade junto com cada quantidade entregue, contendo a associação entre a numeração patrimonial, o código de barras e o QR Code correspondentes.

11.7. Manter comunicação clara e eficiente com a SESAPI, informando irregularidades, problemas ou necessidades de ajuste durante a execução contratual.

11.8. Atender às determinações do fiscal do contrato ou autoridade competente, conforme art. 137, II, da Lei nº 14.133/2021.

11.9. Arcar com todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, fretes, seguros e tributos relacionados à execução do contrato, nos termos do art. 121 da Lei nº 14.133/2021, não cabendo qualquer responsabilidade à Administração.

11.10. Manter durante a vigência do contrato todas as condições de habilitação exigidas no credenciamento e na legislação pertinente, inclusive quanto à regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária.

11.11. Manter preposto formalmente designado e aceito pela Administração para representá-la na execução do contrato, apto a receber notificações, ordens e comunicações oficiais.

11.12. Responder civilmente por todos e quaisquer danos materiais ou pessoais causados à Administração ou a terceiros em decorrência de ações, omissões, dolo ou culpa de seus empregados, prepostos ou representantes.

11.13. Não subcontratar total ou parcialmente o objeto principal, salvo hipóteses expressamente autorizadas pela Administração.

## **12. DA ENTREGA E DA ACEITAÇÃO DO OBJETO**

12.1. O fornecimento das plaquetas metálicas adesivas de identificação patrimonial deverá atender integralmente às especificações técnicas constantes deste Termo de Referência e de seus anexos, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

12.2. A entrega será realizada mediante Ordem de Fornecimento emitida pela SESAPI, devendo a Credenciada entregar os insumos no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos a contar do recebimento da respectiva Ordem de Fornecimento.

12.3. A Credenciada deverá observar as seguintes diretrizes operacionais:

a) As entregas deverão ser realizadas **sob demanda**, em quantidades e prazos definidos pela SESAPI;

b) O prazo máximo de entrega, contado a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento, não poderá ultrapassar o estabelecido no edital e no contrato;

- c) A cada entrega, a Credenciada deverá apresentar relatório de conformidade e rastreabilidade, contendo a relação das plaquetas fornecidas, seus respectivos números patrimoniais, códigos de barras e QR Codes;

12.4. Cada entrega deverá ser acompanhada de: nota fiscal correspondente; relatório de rastreabilidade, contendo a relação das plaquetas entregues com seus respectivos números patrimoniais, códigos de barras e QR Codes; identificação do lote de produção do fornecedor.

12.5. O recebimento será feito em duas etapas, conforme arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021:

a) **Recebimento provisório**: mediante conferência física e documental pelo setor responsável da SESAPI, no ato da entrega;

b) **Recebimento definitivo**: em até 15 (quinze) dias corridos, após verificação técnica da conformidade com as especificações do Termo de Referência, mediante emissão de termo de aceitação pelo fiscal do contrato.

12.6. A SESAPI poderá rejeitar, total ou parcialmente, as plaquetas entregues que:

a) não estejam de acordo com as especificações técnicas;

b) apresentem falhas de fixação, impressão ou legibilidade;

c) não atendam aos padrões de rastreabilidade exigidos.

12.7. Caso constatadas irregularidades, a Credenciada será notificada para proceder à substituição ou correção, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, sem ônus para a Administração.

12.8. A aceitação definitiva será formalizada mediante atesto do fiscal do contrato, sendo condição para a liquidação da despesa e o pagamento.

12.9. A SESAPI poderá, a qualquer tempo, realizar auditorias ou verificações complementares para confirmar a conformidade do fornecimento, sem que isso exclua a responsabilidade da Credenciada por eventuais vícios, falhas ou danos decorrentes da execução contratual, nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021.

12.10. Não caberá qualquer ônus à SESAPI pela rejeição de objetos entregues em desacordo com as especificações constantes deste Termo de Referência.

### 13. DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

13.1. O acompanhamento e a fiscalização do objeto do futuro contrato serão exercidos por meio de um representante (denominado Fiscal) ou comissão de fiscais instituída pela Portaria SESAPI nº 4.303, de 19 de julho de 2023, ou outra que vier a substituí-la, em conformidade com os artigos 117 e 7º, da Lei Federal nº 14.133/2021, aos quais compete acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução do contrato, bem como dirimir e desembaraçar quaisquer dúvidas e pendências que surgirem, determinando o que for necessário à regularização das faltas, falhas, problemas ou defeitos observados, e os quais de tudo darão ciência ao Credenciado.

13.2. O fiscal do Contrato ou a comissão de fiscais anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato ou instrumento equivalente, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

13.3. A comissão de fiscais ou o fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

13.4. Cabe ao Credenciado atender prontamente e dentro do prazo estipulado quaisquer exigências do Fiscal ou da Comissão inerentes ao objeto deste credenciamento, sem que disso decorra qualquer ônus extra para o Credenciante, não implicando essa atividade de

acompanhamento e fiscalização qualquer exclusão ou redução da responsabilidade do Credenciado, que é total e irrestrita em relação à execução do objeto, inclusive perante terceiros, respondendo a mesma por qualquer falta, falha, problema, irregularidade ou desconformidade observada na execução contrato.

13.5. A atividade de fiscalização não resultará, em nenhuma hipótese, em corresponsabilidade do Credenciante ou de seus agentes, prepostos e/ou assistentes.

#### **14. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO**

14.1. O prazo de vigência da contratação constará na respectiva cotação efetuada no sistema CRED SUS, contado sempre da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 e artigo 106, caput da Lei nº 14.133/2021, sendo possível a prorrogação nos termos do artigo 107 da referida lei.

14.2. Qualquer alteração ou modificação que importe na diminuição da capacidade operacional do Credenciado poderá ensejar a não prorrogação do contrato, a revisão das condições estipuladas ou a rescisão.

14.3. A Credenciada deverá comunicar ao Credenciante, de forma fundamentada e em tempo hábil, qualquer razão que a impeça de assumir as obrigações decorrentes do contrato.

#### **15. DA EXTINÇÃO DO CONTRATO**

15.1. Constituem motivos para extinção do Contrato o não cumprimento de qualquer de suas cláusulas e condições, bem como, os motivos previstos no artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo das multas cominadas neste Termo de Referência.

15.2. A extinção do Contrato, a ser determinada pela Secretaria de Estado da Saúde do Piauí e exarada no processo administrativo competente, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, em especial seus arts. 138 e 139.

#### **16. DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO**

16.1. O Credenciamento estará vigente, até a disposição em sentido contrário a ser determinada pela autoridade competente ou enquanto perdurar a execução contratual.

16.2. Enquanto estiver vigente o Credenciamento, fica permitido o Credenciamento, a qualquer tempo, de qualquer interessado, desde que preencha as condições ora exigidas.

16.3. A revogação deste Credenciamento dependerá de prévia publicação, utilizando-se os mesmos meios empregados ao tempo de sua edição.

#### **17. DO DESCREDENCIAMENTO**

17.1. A Secretaria de Estado da Saúde do Piauí poderá promover o descredenciamento, a qualquer tempo, por razões devidamente fundamentadas em fatos supervenientes ou conhecidos após o credenciamento, que importem comprometimento da capacidade técnica, fiscal ou da postura profissional do Credenciado, ou ainda que fira o padrão ético ou operacional do trabalho, sem que caiba ao mesmo qualquer direito a indenização, compensação ou reembolso, seja a que título for.

17.2. O descumprimento de qualquer das condições previstas neste instrumento, bem como na Lei Federal nº 14.133/21 e Lei Federal 8.080/90, ensejará o descredenciamento da entidade e a extinção do Contrato.

17.3. Também são situações passíveis de descredenciamento, assegurado o o contraditório e a ampla defesa:

- a) Não atendimento à convocação para o fornecimento dos itens;
- b) Descumprimento do prazo de assinatura do contrato estabelecido neste instrumento.

17.4. A empresa descredenciada estará impossibilitada de contratualizar com a SESAPI

através do presente Credenciamento pelo prazo de 6 (seis) meses em se tratando de primeiro descredenciamento, ou pelo prazo de 12 (doze) meses em caso de reincidência, podendo, em qualquer das situações, ser aberto processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, para possível aplicação de penalidade, na forma estabelecida na legislação.

17.5. O Credenciado poderá solicitar o seu descredenciamento a qualquer tempo, mediante aviso escrito, desde que requerido com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.

17.6. A Secretaria de Estado da Saúde do Piauí poderá revogar o credenciamento quando assim exigir o interesse público, mediante decisão fundamentada, sem que reste qualquer direito de indenização em favor dos credenciados, mas garantindo-se o pagamento dos objetos entregues até a data da revogação.

17.7. O Credenciado ou a Administração poderão denunciar o Credenciamento, caso seja constatada qualquer irregularidade na observância e cumprimento das normas fixadas neste Termo de Referência e na Legislação pertinente ou no interesse do Credenciado, sem prejuízo do contraditório e da ampla defesa.

17.8. Se for conveniente para a Administração, a Secretaria de Estado da Saúde poderá, a qualquer tempo, buscar alternativas por outros modelos de gestão e contratação do objeto deste Termo de Referência.

## **18. DO PAGAMENTO**

18.1. O Credenciado deverá encaminhar ao Credenciante, até o quinto dia útil do mês subsequente ao fornecimento dos itens, a documentação necessária para instrução dos processos de pagamento, a fim de que sejam adotadas as medidas afetas ao pagamento.

18.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que a Unidade demandante atestar a execução do objeto do contrato.

18.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal.

18.4. Constatando-se a situação de irregularidade do fornecedor credenciado, deverão ser tomadas as providências para imediata restauração de regularidade.

18.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o credenciado providencie as medidas saneadoras.

18.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Credenciante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do credenciado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

18.7. Persistindo a irregularidade, o Credenciante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Credenciado a ampla defesa.

18.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o credenciado não regularize sua situação fiscal.

18.9. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

18.10. O credenciado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

18.11. O pagamento será efetuado mensalmente e diretamente em conta bancária do Credenciado, com base no fornecimento dos bens, e apresentação da Nota Fiscal, devidamente atestada pelos Fiscal do contrato.

18.12. A liberação do pagamento fica vinculada à comprovação da efetivo fornecimento dos bens e da regularidade fiscal e trabalhista do Credenciado.

## 19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. O Credenciado que cometer qualquer das infrações aqui discriminadas ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções administrativa, conforme previsto no Título IV, Capítulo I - Das Infrações e Sanções Administrativas da Lei n. 14.133/2021: advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do Estado do Piauí e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

19.1.1. **ADVERTÊNCIA:** será aplicada na hipótese de infrações que correspondam a pequenas irregularidades verificadas nos fornecimentos e/ou nas prestações de serviços, que venham ou não causar dano à Administração ou a terceiros.

19.1.2. **MULTA:** será aplicada por infrações que obstaculizem a concretização do objeto contratado e compreenderá a 5% (cinco por cento), por dia, limitada a 30% (trinta por cento), sobre o valor do contrato, pelo atraso na execução da ordem de fornecimento e/ou serviço.

19.1.2.1. Os valores relativos às multas serão pagos mediante notificação de cobrança. A partir da data de confirmação do recebimento da notificação, o credenciado terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentar defesa administrativa ou fazer o recolhimento do valor da multa aos cofres públicos, sob pena de cobrança judicial.

19.1.2.2. Na hipótese do credenciado não efetuar o recolhimento da multa no prazo fixado na notificação de cobrança, a SESAPI inscreverá o valor em dívida ativa.

19.1.3. **IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR** com a Administração Pública direta e indireta do Estado do Piauí, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos termos do artigo 156, III, da Lei n. 14.133/2021, e descredenciamento do Cadastro de Fornecedores do Estado do Piauí-CADUF, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades, nos seguintes casos:

- a) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) Dar causa à inexecução total do contrato;
- c) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) Não atender às autorizações de serviços ou não entregar a documentação exigida para o credenciamento, quando convocado dentro do prazo estabelecido no edital;
- e) Ensejar o retardamento da execução do objeto contratado sem motivo justificado.

19.1.4. **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR** com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos termos do artigo 156, IV, da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes casos:

- a) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- b) Fraudar ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

- c) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do credenciamento;
- e) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846/2013.

19.1.5. É admitida a reabilitação do credenciado perante o Estado do Piauí, exigidos, cumulativamente:

- a) Reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) Pagamento da multa;
- c) Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

19.2. Além das penalidades citadas, o credenciado ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores do Estado do Piauí- CADUF e, no que couber, às demais penalidades referidas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

19.3. Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificada e aceita pela Administração desta Secretaria de Estado da Saúde, o credenciado, conforme o caso, poderá ficar isenta das penalidades mencionadas.

19.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.

19.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao credenciado, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021.

19.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

19.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no CADUF.

(Assinado e datado eletronicamente)

**Jônatas Melo Neto**

Superintendente da SUGAD/SESAPI

Após análise do Termo de Referência relativo ao Credenciamento de pessoas jurídicas para o fornecimento de insumos de identificação patrimonial, notadamente plaquetas metálicas adesivas de alta resistência, contendo código de barras e QR Code, essenciais para assegurar a rastreabilidade, a padronização e o controle eficiente dos bens móveis da Secretaria de Estado da Saúde do Piauí (SESAPI), conforme as especificações, quantidades, demandadas e condições estabelecidas neste instrumento, e ainda com amparo no Art. 79, inciso I da lei Federal nº 14.133/21 e demais artigos pertinentes, **APROVO:**

(Assinado e datado eletronicamente)

**Antônio Luiz Soares Santos**

Secretário de Estado da Saúde



Documento assinado eletronicamente por **JÔNATAS MELO NETO - Matr.03763064, Superintendente**, em 24/09/2025, às 13:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do [Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO LUIZ SOARES SANTOS - Matr.0000000-0, Secretário de Estado da Saúde**, em 25/09/2025, às 15:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do [Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.pi.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0020254774** e o código CRC **752D454C**.